

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

Tânia Mara Dornellas dos Santos

**TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA FAMILIAR: a percepção das crianças,
adolescentes e famílias do campo**

Belo Horizonte

2014

Tânia Mara Dornellas dos Santos

**TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA FAMILIAR: a percepção das crianças,
adolescentes e famílias do campo**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG como requisito parcial para a obtenção do Certificado de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais

Orientadora: Maria Guiomar Frota

Belo Horizonte

2014



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Departamento de Ciência Política
Centro de Referência em Ciências Humanas - Sala 305 - Anexo
Av. Antônio Carlos 6627 Pampulha - Campus Pampulha.
Belo Horizonte/MG - CEP 31270-901
E-mail: adm_edist@fafich.ufmg.br TEL: (031) - 3409-5004

ATA DE APRESENTAÇÃO DE MONOGRAFIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, REPÚBLICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Aos 7 (sete) dias do mês de novembro de 2014 (dois mil e quatorze), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), reuniu-se a Comissão Avaliadora da monografia intitulada "**TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A PERCEÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES E FAMÍLIAS DO CAMPO**" elaborada por **Tânia Mara Dornellas dos Santos**.

A Comissão, composta pelos professores Maria Guiomar da Cunha Frota e Carmelita Zilah Campos Veneroso, após apresentação da monografia, deliberou pela sua **aprovação**, o que confere ao aluno o título de Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. Para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros presentes.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2014.

Maria Guiomar da Cunha Frota (UFMG)

Carmelita Zilah Campos Veneroso (UFMG)

Às crianças e adolescentes do campo e às suas famílias que, ao abrirem a porta de suas casas para uma prosa, possibilitaram um novo olhar sobre a sua realidade.

AGRADECIMENTOS

Esta caminhada não foi feita sozinha, tem a minha marca sim, mas também tem a de diversas pessoas que, ao longo da jornada, contribuíram com novos olhares e reflexões, novos caminhos a serem seguidos, com palavras de incentivo, com abraços reconfortantes nos momentos em que o trajeto tornava-se mais árduo.

Ao Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, meu guia na descoberta da infância e da adolescência do campo.

À Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, obrigada pela oportunidade de contribuir com a história do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de defesa e garantia dos direitos humanos das crianças e adolescentes do campo.

Ao Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil por sempre defender e estimular a participação dos sujeitos do campo em seus espaços de debate e proposição de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e por ter me contaminado com o vírus da defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

À minha orientadora, Maria Guiomar da Cunha Frota, sua confiança em mim foi fundamental para que este trabalho ganhasse materialidade. Que este seja somente o primeiro de outros trabalhos em parceria.

Por fim, agradeço à minha família que respeitou minhas escolhas, compreendeu as ausências, as crises de ansiedade e me estimulou a continuar a caminhada. Aos meus pais, Dornellas e Zezé, por me ensinarem a importância da perseverança. Confesso que precisei me lembrar muito desses ensinamentos nas horas de conciliar as múltiplas tarefas e naquelas em que pensei em desistir. Aos meus irmãos, Junior e Tainara, por sempre torcerem por mim. Ao meu amigo-companheiro-marido Luciano, apoiador em todas as peripécias profissionais e pessoais que assumo. Ao Lucas e à Sofia, filhos queridos que, entre contações de histórias, livros e partidas de futebol, me lembram o quão importante é a infância e me mostram que a luta para garantir que todas as crianças tenham direito a ela nunca será uma luta vã.

*Que vai ser quando crescer?
Vivem perguntando em redor. Que é ser?
É ter um corpo, um jeito, um nome?
Tenho os três. E sou?
Tenho de mudar quando crescer? Usar outro nome, corpo e jeito?
Ou a gente só principia a ser quando cresce?
É terrível, ser? Dói? É bom? É triste?
Ser; pronunciado tão depressa, e cabe tantas coisas?
Repito: Ser, Ser, Ser. Er. R.
Que vou ser quando crescer?
Sou obrigado a? Posso escolher?
Não dá para entender. Não vou ser.
Vou crescer assim mesmo.
Sem ser Esquecer.*

(ANDRADE, 2012)

RESUMO

A questão do trabalho infantil foi e um problema social emblemático, complexo e de grande magnitude. A III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, realizada em 2013 em Brasília, mostrou, de forma clara, que o combate ao trabalho infantil no mundo precisa ser reforçado com novas estratégias para sua erradicação. O Brasil é reconhecido internacionalmente pela atuação no combate ao trabalho infantil e na implementação de uma rede de proteção social para diminuir a pobreza e a desigualdade social, entretanto, os índices de trabalho infantil ainda são altos, principalmente no âmbito da agricultura e especialmente na agricultura familiar. Mesmo com as iniciativas brasileiras adotadas e diante dos resultados alcançados, o prognóstico que se faz hoje é que, se mantidas as condições atuais no combate ao trabalho infantil, as metas internacionalmente assumidas pelo país não serão alcançadas. O sucesso de novas estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil no país só será garantido se estas vierem embasadas no conhecimento das realidades em que ocorrem a inserção precoce de crianças e adolescentes. Neste sentido, esta monografia pretende contribuir para um melhor entendimento sobre o trabalho infantil na agricultura, a partir das percepções de crianças, adolescentes rurais e suas famílias, sobre as atividades desenvolvidas por eles no âmbito da agricultura familiar. Para dar visibilidade a essas percepções, foram apresentados dados da Pesquisa Nacional Participação/Contribuição de Crianças e Adolescentes no Processo Produtivo da Agricultura Familiar, atividade realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no âmbito do Projeto Proteção Infanto-juvenil no Meio Rural, desenvolvido em cooperação com o Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para o presente estudo foram analisados os dados referentes ao Estado do Maranhão.

Palavras-chave: Direitos humanos, trabalho infantil, agricultura familiar

ABSTRACT

The issue of child labour was and still is an emblematic, many-sided and huge social problem. The III Global Conference on Child Labour held in 2013, Brasilia, clearly shown that the fight against child labour in the world needs to be reinforced with new strategies for its eradication. Brazil is internationally recognized for its acting in combating child labour and implementation of a social safety network to reduce poverty and social inequality, however, rates of child labour are still high, mainly in agriculture and especially in family farming. Even with the Brazilian initiatives adopted and the results achieved, the prognosis currently done is that, if kept current conditions in the fight against child labour, the internationally assumed targets, by country, will be reached. The success of new strategies for confronting child labour in the country will only be guaranteed if they came based on the knowledge of the realities that occur early integration of children and adolescents on work. In this sense, this study aims to contribute to a better understanding of child labour in agriculture, from the perceptions of rural children, adolescents and their families about the activities undertaken by them in the context of family farming. To lend visibility to these perceptions, there were presented some data from the National Survey of Participation / Contribution of Children in the Production Process of Family Farming, activity conducted by the National Confederation of Agricultural Workers (CONTAG) under the Project for Protection of Children and Adolescents in Rural Areas, developed in cooperation with the International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC) of the International Labour Organization (ILO). For the present study were analyzed data regarding the state of Maranhão.

Keywords: Human Rights. Child labour. Farming families.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Por quê “Trabalho Infantil na Agricultura Familiar”?.....	11
1.2 Opções Metodológicas.....	13
1.3 Para início de conversa.....	15
2 TRABALHO INFANTIL: aqui, ali e acolá.....	19
2.1 Avanços contra a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.....	19
2.2 Trabalho infantil no mundo e no Brasil: o que dizem os números.....	20
2.3 O caminhar do Brasil na luta pela erradicação do trabalho infantil.....	23
3 O OLHAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO CAMPO SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	27
3.1 O que há por aí sobre o trabalho infantil na agricultura familiar.....	27
3.2 O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nessa história?.....	32
3.3 A Pesquisa Nacional Participação/Contribuição das crianças e adolescentes na produção familiar: a voz das crianças, adolescentes e suas famílias.....	34
3.4 A Pesquisa no Maranhão: primeiras inferências.....	37
3.4.1 As vozes dos pais e/ou responsáveis.....	37
3.4.2 As vozes das crianças e adolescentes rurais.....	41
4 PARA NÃO CONCLUIR.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES.....	52

1 INTRODUÇÃO

Outubro de 2013 - O Brasil foi palco da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil. Pela primeira vez este evento internacional foi realizado no Hemisfério Sul, a I e a II Conferência foram realizadas, respectivamente em 1997 e 2010, na Holanda. Foi também a maior participação de empregadores, trabalhadores e organizações da sociedade civil na história da Conferência. 154 países, representados por aproximadamente 1300 pessoas, reuniram-se durante três dias para fazer um balanço dos progressos realizados a partir da adoção da Convenção Nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata das Piores Formas de Trabalho Infantil, avaliar os obstáculos, propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas de trabalho infantil e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países para o enfrentamento do trabalho infantil.

Atualmente, segundo relatório da OIT, divulgado às vésperas da Conferência, 168 milhões de crianças no mundo estão em situação de trabalho infantil. Este número corresponde a aproximadamente 11 por cento da totalidade da população infantil. 85 milhões destas crianças, mais da metade do número global de crianças trabalhadoras, estão exercendo o trabalho infantil em suas piores formas, isto é, em atividades que colocam diretamente sua vida, saúde, segurança e desenvolvimento físico, mental e social em risco. Neste cenário de violação dos direitos de crianças e adolescentes é que o tema Trabalho Infantil foi escolhido para esta monografia.

De acordo com o relatório da OIT, a agricultura ainda é o setor da economia que mais se utiliza da mão de obra infantil. Em números, significa dizer que 98 milhões de crianças, em termos absolutos, ou 59 por cento da totalidade do trabalho infantil no mundo encontram-se exercendo alguma atividade ligada a esse setor econômico. Neste cenário em que, a agricultura se apresenta como o “núcleo duro” na redução do trabalho infantil, pelo menos, três questões se colocam: 1) Se é na agricultura que se encontram os maiores índices de trabalho infantil quais têm sido as estratégias dos países para lidar com o problema?; 2) Mesmo no Brasil, com as reconhecidas conquistas sociais na garantia dos direitos das populações do campo, por que ainda persistem números elevados de trabalho infantil na agricultura? e; 3) Qual a percepção das crianças, adolescentes e suas famílias sobre o trabalho infantil na agricultura familiar?

Embora todas as questões sejam importantes e de interesse desta pesquisadora, a terceira questão foi a que motivou a definição do problema de pesquisa, ou seja, a percepção de crianças, adolescentes e suas famílias sobre as atividades que exercem na agricultura familiar, como estes sujeitos sociais compreendem o trabalho precoce e seu impacto em seu processo de desenvolvimento.

1.1 Por quê “Trabalho Infantil na Agricultura Familiar”?

A escolha do objeto de pesquisa teve como principais motivos: 1. O reconhecimento de que crianças e adolescentes são sujeitos de direito; 2. A compreensão, de que o trabalho infantil é uma violação de direitos humanos; 3. A invisibilidade da infância e da adolescência do campo; 4. O entendimento de que o trabalho infantil na agricultura é também resultado da histórica ausência do Estado na implementação de políticas públicas nas áreas rurais; 5. A trajetória profissional da pesquisadora que, assim, como muitos militantes dos direitos humanos de crianças e adolescentes, sempre teve um “olhar urbanocêntrico” no que se refere ao debate e à proposição de políticas públicas voltadas para estes sujeitos sociais, olhar este que se ampliou ao conhecer o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e a realidade do campo brasileiro, a partir do trabalho realizado na Secretaria de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, por último, e mais importante; 6. 56.290.168¹ crianças e adolescentes, meninas e meninos das áreas rurais brasileiras, muitas deles ainda sem registro civil, sem acesso à escola pública e de qualidade, sem acesso aos equipamentos estatais de saúde e assistência social, mas inseridos no trabalho precocemente, seja por questões econômicas ou culturais.

Nos últimos anos, o país conseguiu, por meio de um conjunto de políticas públicas, reduzir entre 2000 e 2010, 13,4% do trabalho infantil, um resultado significativo, mas que ainda não é suficiente para que o Brasil cumpra as metas de eliminação das piores formas de trabalho infantil em 2016 e de todas as formas de inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho até 2020. Importante ressaltar que dados do Censo 2010 também mostraram um aumento de 1,56% do trabalho infantil na faixa etária dos 10 aos 13 anos, significa dizer que apesar dos esforços governamentais, da sociedade civil e de organismos internacionais, 10.946 crianças e adolescentes a mais, em comparação com o Censo 2000, estão no trabalho infantil.

¹ Censo Demográfico 2010.

Com a realização da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil ficou evidente que os países do mundo, incluindo o Brasil, não conseguirão cumprir os compromissos assumidos a partir da ratificação das Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam, respectivamente, da idade mínima para o trabalho e das piores formas de trabalho infantil.

Embora, o maior quantitativo de trabalho infantil esteja no meio urbano, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2012 mostrou que a população ocupada de cinco a 13 anos de idade estava concentrada principalmente na atividade agrícola (60,2%), o que confirma a tendência já observada em pesquisas anteriores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que demonstram que a maior incidência relativa de trabalho infantil encontra-se nas áreas rurais. Uma vez que já existem cláusulas específicas nas negociações coletivas dos trabalhadores assalariados rurais que proíbem a contratação de mão de obra infantil e que, inclusive, contribuíram diretamente para a erradicação do trabalho infantil nas culturas sisaleiras, de cana-de-açúcar e nas pedreiras e carvoarias do Brasil, depreende-se que esse contingente de crianças e adolescentes trabalhadores encontra-se na agricultura familiar. Setor reconhecido como o “núcleo duro” do trabalho infantil.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo geral contribuir para a definição de novas estratégias para o enfrentamento do trabalho infantil na agricultura familiar, a partir das percepções das crianças e adolescentes do Estado do Maranhão, no que se refere às atividades desenvolvidas por eles no âmbito da agricultura familiar. Para alcançá-lo, os seguintes objetivos específicos foram delineados:

- a) Iniciar a identificação da produção acadêmica sobre o trabalho infantil na agricultura familiar;
- b) identificar os dados relativos ao trabalho infantil no Brasil e na América Latina;
- c) Apresentar a percepção das crianças, adolescentes e suas famílias sobre o trabalho infantil na agricultura familiar a partir de estudo qualitativo realizado em seis municípios do Estado do Maranhão.

1.2 Opções Metodológicas

Para o desenvolvimento deste trabalho adotou-se a abordagem metodológica qualitativa, por entender que esta se adequa à natureza do trabalho aqui proposto, uma vez que “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. (MINAYO, 2013, p. 21).

Os objetivos específicos delineados para esta produção acadêmica, exigiram diferentes caminhos metodológicos, a saber:

- a) **Iniciar a identificação da produção científica sobre o trabalho infantil na agricultura familiar:** foram realizadas consultas a dois bancos de dados/portais, a saber: Banco de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Tais bancos de dados foram escolhidos por possibilitarem o acesso a teses, dissertações e monografias por meio da consulta online. Devido ao tempo para a conclusão da monografia, optou-se por apenas fazer o levantamento da produção sem uma análise dos documentos encontrados, que deverá ser feito em estudos futuros.
- b) **Identificar os dados estatísticos relativos ao trabalho infantil no Mundo e no Brasil:** o objetivo foi retratar o trabalho infantil a partir dos dados disponíveis.
- c) **Apresentar a percepção das crianças, adolescentes e suas famílias sobre o trabalho infantil na agricultura familiar:** A proposta aqui foi dar visibilidade ao que as crianças e adolescentes do campo pensam sobre suas atividades no âmbito da agricultura familiar. Para tanto, a referência foi a Pesquisa **“Participação/Contribuição das crianças e adolescentes na produção familiar”**, realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito do Programa de Ação Proteção Infanto-juvenil no Meio Rural. Este projeto tinha como objetivo fortalecer a luta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) pela proteção infanto-juvenil nas áreas rurais com foco na prevenção e erradicação do trabalho infantil, em especial nas suas piores formas. Para tanto, foram desenvolvidas várias estratégias de sensibilização e mobilização, por meio de processos participativos envolvendo dirigentes, lideranças e assessorias sindicais. A pesquisa foi uma das ações do projeto e foi realizada em 25 Estados (Alagoas, Amapá, Amazonas, Acre, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins) das cinco regiões brasileiras. Dois questionários foram elaborados para a pesquisa. Um direcionado aos pais e/ou responsáveis e outro direcionado às crianças e adolescentes rurais. Ambos estão disponíveis nos anexos A e B. 8.485 jovens rurais foram formados por meio do Programa Jovem Saber² para a aplicação da pesquisa. Cada jovem recebeu os dois questionários para serem aplicados em suas comunidades. Ao todo, a CONTAG encaminhou 33.940 questionários a todo o país. Apesar desta importante iniciativa, a taxa de respostas obtidas foi muito baixa. Desistência das capacitações, extravio dos questionários enviados e resistência ao tema trabalho infantil podem ser alguns dos motivos que explicam o baixo retorno dos questionários.

Mesmo com a baixa taxa de respostas, a pesquisadora entende que os achados da pesquisa realizada pela CONTAG precisam tornar-se conhecidos e analisados, pois são uma importante contribuição ao debate sobre o trabalho infantil na agricultura familiar. Os resultados que aqui serão apresentados são os primeiros dados da pesquisa sistematizados. Esta pesquisadora está criando um banco de dados no software SPSS, programa de organização de dados e estatísticas, que possibilitará, no futuro, que a CONTAG possa realizar diferentes cruzamentos e análise dos dados e, a partir deles, definir suas ações de sensibilização, mobilização e articulação contra o trabalho infantil.

Para o presente trabalho optou-se por disponibilizar somente os dados referentes ao Estado do Maranhão. Esta escolha se deve à existência de uma agricultura de base familiar, por ser um dos Estados com maior número de devolutivas na pesquisa já citada e por estar entre os dez Estados com maiores taxas de trabalho infantil na agricultura. A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Quanto ao perfil dos participantes, foram entrevistadas crianças e adolescentes e suas famílias sobre as percepções relacionadas às atividades realizadas por crianças e adolescentes no âmbito da agricultura familiar.

² Desenvolvido pela CONTAG, o Programa Jovem Saber é uma capacitação à distância para jovens rurais sindicalizados ou não. Tem como objetivo capacitar jovens a partir de três eixos de estudo, que são: Formação Profissional, Política Sindical e Política Pública. As capacitações são feitas a partir de módulos/ cartilhas que tratam de temas como desenvolvimento rural sustentável, educação, agroecologia, organização da produção, cooperativismo, histórico do movimento sindical, planejamento, gênero, organização e gestão sindical e metodologias de trabalho em comunidade. Para as capacitações são formados grupos de jovens que recebem os módulos com o conteúdo e uma tarefa de estudo.

1.3 Para início de conversa...

A infância e o trabalho fazem parte da sociedade desde o início dos tempos e durante a construção histórico-social de ambos é possível visualizar suas conexões. A dissociação da “infância” e do “trabalho” ocorrem à medida em que as diferentes visões em torno da criança foram mudando.

Compreendendo que as mudanças na forma de ver a criança são resultantes das próprias modificações organizacionais da sociedade, e, servem de pano de fundo para a elaboração de políticas públicas para a promoção, defesa e garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes, antes de focarmos no objeto de estudo desta monografia, que é o trabalho infantil na agricultura familiar, torna-se necessário explicitar as concepções de infância, trabalho e de agricultura familiar, categorias que servirão de base para este estudo.

Em primeiro lugar, é importante resgatar como a concepção de infância têm sido ressignificada ao longo da história. A partir das contribuições de Ariès (2012) é possível ter nuances mais claras destas diferentes visões no caminhar histórico da concepção de infância e sua constante ressignificação a partir do surgimento da escola e das transformações na própria concepção de família. Até o Século XV, as crianças eram vistas como pequenos adultos, não havia uma transição clara da infância para a fase adulta. As crianças eram vistas como uma perda eventual, já que muitas morriam precocemente por conta das altas taxas de mortalidade infantil, o que explica porque os adultos evitavam se apegar a elas. Na Idade Média, ainda não havia um sentimento de infância, uma consciência social da infância enquanto uma etapa especial e diferenciada do desenvolvimento humano.

Em um contexto em que não eram claras as diferenças e particularidades que diferenciavam a criança do adulto, em que a identidade da família era estabelecida menos pela afetividade do que pela escolha comum de um ofício, também eram inexistentes os questionamentos sobre a inserção precoce das crianças no trabalho. Ao contrário, este era visto como o principal meio de socialização e de aprendizagem da criança. Como aponta Ariès (2012), “[...]a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos.”

É na Idade Moderna, com a evolução da sociedade, do papel da família e da escola que há também mudanças significativas nas formas de se perceber a infância. A criança passa a ser vista como objeto de cuidados e de atenção. Neste período, coexistem dois sentimentos claros com relação à infância. O primeiro sentimento, a que Ariès (2012) se refere como paparicação, é de idealização desta etapa do desenvolvimento. O adulto vê a criança como um

ser dependente, mas também como um ser gracioso, inocente e gentil, e, por estas últimas características, uma fonte de distração e relaxamento dos adultos. O outro sentimento compreende a infância como uma etapa do crescimento do ser humano em que a moralização e a educação devem prevalecer. A criança é vista como uma “tábua rasa”, que precisa a partir da imposição de uma disciplina rígida, conhecer a cultura e os códigos de conduta do mundo adulto.

O sentimento de infância na Idade Moderna se dá de forma mais evidenciada a partir do século XVII, quando a atenção da sociedade começa a voltar-se, pelo menos mais claramente, para os hábitos, trejeitos, trajes e desenvolvimento físico das crianças. Parece interessante destacar que nesta evolução do sentimento de infância e diferenciação desta em relação à vida adulta, há um claro recorte de gênero que privilegia o masculino, como destacou Áries (2012), ao se referir ao traje das crianças, “o sentimento da infância beneficiou primeiro meninos, enquanto as meninas persistiram mais tempo no modo de vida tradicional que as confundia com os adultos.” É importante destacar ainda que, somente crianças das famílias burguesas ou nobres foram diferenciadas dos adultos por meio de suas vestimentas, o mesmo não ocorreu com as crianças pobres, que continuaram usando os trajes dos adultos e agindo como eles. Esta diferenciação a partir das classes sociais e do recorte de gênero é uma das primeiras manifestações da heterogeneidade da infância, pois, com o surgimento do sentimento de infância, algumas vezes de paparicação e outras de exasperação, também começa a ficar claro quais as crianças estava mais propensas ao trabalho e qual o sexo destas.

É a partir do final do Séc. XIX e meados do Séc. XX, com o desenvolvimento de estudos e pesquisas há uma melhor compreensão sobre a infância e o resgate da noção de proteção e cuidado para com as crianças. O surgimento da escola e de uma pedagogia voltada às crianças também teve papel fundamental na construção social da infância. Outro marco importante é a própria sociologia da infância que parte de uma perspectiva contrária à visão da criança enquanto sujeito passivo de uma socialização que parte do mundo adulto e não do ator-criança.

Dentre tantas contribuições que a sociologia da infância tem feito aos estudos sobre as crianças é o reconhecimento das diversas faces da infância, de sua diversidade e multiplicidade, conforme afirma Demartini (2001), [...] porque não existe uma única, e sim, em mesmos espaços têm-se diferentes infâncias, resultado de realidades que estão em confronto”.

Para efeitos deste estudo, adotou-se o conceito de infância presente na Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989 e que considera criança “todas as pessoas menores de dezoito anos”.

Assim como a concepção de infância tem influência direta também no debate sobre o trabalho infantil, outra concepção importante a ser considerada é a própria concepção de “trabalho”. Aqui entendida, a partir do trabalho de Dias, citado por Oliveira (2013, p.4) que elenca elementos importantes para a compreensão da relação entre homem e trabalho. Segundo ele, esta relação é caracterizada por ser “um espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas igualmente, de resistência, de constituição, e do fazer histórico dos trabalhadores”. Outra concepção importante para a compreensão do trabalho infantil na agricultura, refere-se àquela adotada por Clot, também citado por Oliveira (2013,p.5) que considera o trabalho como “ uma atividade permanente de recriação de novas formas de viver, e não apenas como tarefa, mas como atividade dirigida, histórica e processual. Então, a subjetividade é constituída pela e na atividade.”

Ainda neste itinerário de focalização do objeto de pesquisa é importante situar também o que se entende por meio rural, uma vez que este é o *locus* de toda a análise aqui proposta. Neste sentido, Teixeira e Lages, citado por Santos (2007, p. 28) é uma referência para a perspectiva adotada neste trabalho. Para os autores, “[...] o rural se define, antes de tudo, por sua população ocupando e transformando um espaço, que se torna rural por usos diversos que não são unicamente agrícolas”. Corroboram com esta visão, Carneiro e Castro, citados por Oliveira (2013, p. 5), ao reconhecerem o meio rural enquanto espaço físico diferenciado, com modos de vida particulares e referência identitária própria, espaço onde o social, o cultural, o político e o econômico coexistem.

No que se refere à formação da identidade de sujeito do campo, a concepção de cultura assim como a concepção de infância e trabalho ajudam a compreender o porquê da persistência do trabalho infantil na agricultura, pois a transmissão intergeracional dos saberes e da cultura das populações rurais é feita no processo coletivo de trabalho e na vida comunitária, sendo esta uma característica presente nas famílias, principalmente naquelas que trabalham em regime de agricultura familiar. É a partir dessas interações, de um processo dialógico, que homens e mulheres rurais se reconhecem culturalmente, ou seja, o que Taylor, citado por Feres e Assy (2006, p.706), “[...]chama de reconhecimento cultural, o qual corresponde à valoração positiva por parte da sociedade em geral dos estilos de vida, valores e costumes de indivíduos”. A busca por reconhecimento e valorização da identidade dos sujeitos sociais rurais aliada à ausência histórica do Estado nas áreas rurais e a existência de

mais possibilidades de trabalho do que de educação se não explicam, pelo menos indicam as razões que levam à posituação do trabalho como forma de garantir a transmissão de saberes e de cultura às novas gerações. E é justamente nessa linha tênue entre, de um lado, a necessidade de transmissão dos saberes e de outro, a garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes que acontece o debate atual sobre o trabalho infantil na agricultura familiar.

Há vários caminhos por onde conduzir a reflexão sobre este debate, para este estudo optou-se por analisá-lo a partir da voz dos sujeitos sociais mais diretamente afetados por ele, as crianças e adolescentes rurais.

As concepções aqui apresentadas e que norteiam o desenvolvimento deste trabalho se apoiam na perspectiva da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direito, condição esta que também lhes garante o direito à participação, a ouvir e ser ouvido sobre os temas que lhes dizem respeito. Como afirma Stropasolas (2012):

Embora se verifique a proliferação de estudos conduzidos por instituições oficiais e com abordagens sistemáticas sobre o tema trabalho infantil, muitas destas iniciativas ainda não têm reconhecido suficientemente as crianças como sujeitos, como também pouco têm valorizado a voz das crianças, subestimando a sua capacidade de elaborar e dar sentido às suas práticas sociais e às representações que formulam em torno dos contextos em que vivem, que são permeados de heterogeneidade e singularidades. (STROPASOLAS, 2012, p. 249)

Ainda segundo o autor:

A abordagem da infância, e sua interação no mundo do trabalho, requer mudança de perspectiva no campo interdisciplinar dos estudos da criança, para que esta seja vista como categoria geracional própria, reconhecendo-lhe a alteridade da infância e dos diversos sentidos em que tal alteridade se exprime, na variedade de condições sociais. (STROPASOLAS, 2012).

A aceitação desses argumentos é a motivação básica para o que irá se desenrolar nas próximas páginas deste trabalho, sempre a partir da perspectiva de garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

2 TRABALHO INFANTIL: aqui, ali e acolá

2.1 Avanços contra a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho

Durante um longo período da construção social do trabalho, a presença de trabalho infantil foi aceita e demandada, sendo considerada componente importante para a própria sobrevivência da classe trabalhadora. (Barbosa Neto, 2013). É somente a partir do século XVIII que torna-se perceptível uma mudança nessa prática e uma preocupação com a proteção ao trabalho infantil. A Inglaterra foi o primeiro país a adotar um conjunto de leis que buscavam uma regulamentação para o trabalho infantil. Esta ação foi seguida por outros países europeus que, mesmo tendo legislações reguladoras diferenciadas quanto à idade mínima para admissão no mercado de trabalho, começaram a adotar critérios de diferenciação para os trabalhos em solo e em superfície realizados por trabalhadores infantis, como pausas nas jornadas de trabalho e limitação do trabalho em finais de semana e feriados. Foi assim durante todo o século XIX.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e o avanço nos estudos e pesquisas sobre a infância que culminaram com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e, posteriormente, com a adoção da Convenção dos Direitos da Criança (1989) pela Assembleia Geral das Nações Unidas marcam o início de uma mudança da concepção conservadora e protecionista da infância para uma concepção humanista. A partir da compreensão de que crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento físico, psicológico e moral, surge uma nova forma de olhar e pensar a infância, garantindo a esses sujeitos sociais atenção especial e prioridade absoluta. Neste contexto, a família ganha o reforço da sociedade e do Estado na tarefa de garantir a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, com vistas à promoção da justiça social, de melhores condições de trabalho e de harmonização dos direitos trabalhistas, também teve papel fundamental na consolidação do tema trabalho infantil enquanto uma questão social. A OIT teve como uma de suas primeiras responsabilidades, a proposição de normas internacionais de conduta sobre o trabalho infantil, como forma de padronizar as legislações dos países. Como afirma Barbosa Neto, “ao analisar a proposta da OIT para regulação da entrada de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, observa-se uma tentativa de estabelecer o sentimento de consciência social quanto à proteção da infância.” (Barbosa Neto, 2013).

Estes marcos legais abrem caminho para o debate sobre a situação das crianças e adolescentes inseridas precocemente no mundo do trabalho, questão social que, embora remonte a história da própria formação da sociedade, fica inegavelmente mais evidente com o advento da Revolução Industrial.

É importante destacar que, no que se refere ao trabalho infantil, a OIT segue como a principal referência no âmbito das Nações Unidas. No sistema de normas internacionais da OIT relativas ao trabalho infantil destacam-se dois importantes instrumentos: a Convenção 138 que estabelece a Idade Mínima para Admissão em Emprego (1973) e a Convenção 182, de 1999, que denomina as piores formas de trabalho infantil e conclama os Estados-membros a adotarem medidas imediatas e eficazes que garantam sua proibição e eliminação em caráter de urgência.

2.2 O Trabalho Infantil no Mundo e no Brasil: o que nos dizem os números

Segundo o Relatório Medir o Progresso na Luta contra o Trabalho Infantil: Estimativas e tendências mundiais 2000-2012, elaborado e apresentado pela OIT às vésperas da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil em 2013, 168 milhões de crianças em todo o mundo ainda encontram-se em situação de trabalho infantil, ou seja, 11% da totalidade da população infantil. 85 milhões delas, em números absolutos, estão nas piores formas de trabalho infantil. Embora o maior número absoluto de crianças inseridas precocemente no trabalho esteja na região da Ásia-Pacífico, é a África Subsaariana que segue como a região com maior incidência de trabalho infantil.

Ainda segundo o relatório, em doze anos, período em que a OIT tem analisado sistematicamente os dados sobre o trabalho infantil, houve uma redução de 78 milhões de crianças trabalhadoras, redução considerada significativa. No que se refere ao gênero, a redução foi mais acentuada entre as meninas (40%) em comparação com os meninos (25%). Ponto importante a ser destacado, é que, se por um lado, os países pobres ainda são os que mais empregam a mão de obra infanto-juvenil, por outro, aqueles países de rendimento médio são os que mais apresentam os maiores números, em termos absolutos, de crianças trabalhando. Este padrão, demonstra que apesar da existência do trabalho infantil estar ligada à pobreza, esta é apenas uma dimensão do problema.

No que se refere aos setores econômicos, o relatório aponta que mais se utilizam do trabalho infantil, a agricultura, assim como em estudos anteriores, continua sendo o setor que

mais se utiliza do trabalho infantil, com 59 por cento da totalidade do trabalho infantil e mais de 98 milhões de crianças, em termos absolutos.

Dados de 2011, apresentados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) durante a realização da Oficina Trabalho Infantil na Agricultura e Pobreza Rural nos Países do Cone Sul, realizada em setembro de 2014, no Paraguai, evidenciam a magnitude do trabalho infantil na América Latina e Caribe (Tabela 1)

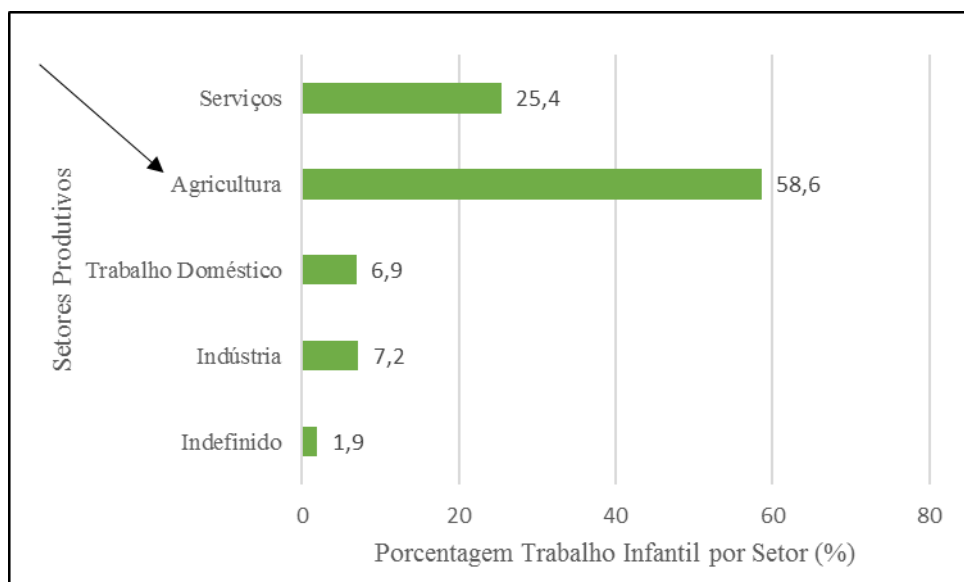
Tabela 1 – Magnitude do Trabalho Infantil na América Latina e no Caribe

Anos de referência	População de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (milhões)	Trabalho Infantil		Trabalho Infantil Perigoso	
		milhões	%	milhões	%
2008	141	14,1	10,00%	9,4	6.7% (67%)
2012	142,6	12,5	8,80%	9,6	6.8% (77%)

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, 2014

No mesmo encontro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) destacou ainda que, das 12,5 milhões de crianças que trabalham na América Latina, 58,6% das crianças e adolescentes encontram-se na agricultura (Gráfico 1)

Gráfico 1 – Trabalho Infantil por Setor



Fonte: OIT, 2014

No Brasil, o documento Trabalho Infantil no Brasil: uma leitura a partir da PNAD/IBGE 2013, elaborado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho

Infantil (FNPETI), mostra que de 1992 a 2013 o Brasil conseguiu reduzir para 59% ou 4,6 milhões os casos de trabalho infantil (de 7,8 milhões em 1992 para 3,2 milhões em 2013). Significa dizer que, neste período, a proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho na população total da faixa etária reduziu em 59,2%, passando de 18,1% para 7,4%.

Ainda segundo o estudo do FNPETI, a região Nordeste foi a que apresentou a maior redução do trabalho infantil (-64,6%) no período de 1992 a 2013. Em comparação com os dados disponibilizados pela PNAD 2012, é possível afirmar que o trabalho infantil no Brasil reduziu em 10,6%. Em números absolutos, de 3.567.589 milhões de casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho em 2012, o país chegou a 3.187.838 milhões. Em 2013, o trabalho infantil no Brasil representou 3,3% de toda a ocupação do país e 7,5% da população entre 5 e 17 anos de idade.

É importante destacar que a redução do trabalho infantil no Brasil não ocorreu de forma homogênea. Segundo o FNPETI, os resultados da PNAD 2013 mostram que Acre (-50%), Roraima (-40,7%), Alagoas (-33,3%), Sergipe (-31,3%) e Mato Grosso (-31,3%) foram os Estados que apresentaram maior redução do trabalho infantil. Por outro lado, alguns Estados não tiveram o mesmo desempenho no enfrentamento ao problema, ao contrário, registraram aumento no número de casos de crianças e adolescentes inseridos precocemente no trabalho. Foi o caso dos Estados do Amapá (+26,0), Rio Grande do Norte (+9,8%), Rio de Janeiro (+6,2%), Pernambuco (+5,0%), Mato Grosso do Sul (+1,5%), Maranhão (+1,5%) e Goiás (+0,2%).

Com relação à incidência do trabalho infantil e a distribuição por faixa etária, o estudo do FNPETI aponta que, “em 2013, 58,8% do trabalho infantil estava na faixa etária de 16 e 17 anos de idade; 25,3% na faixa de 14 e 15 anos, 14% na faixa de 10 a 13 anos e 1,9% na faixa de 5 a 9 anos”. Do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho, 64,5% (2.061.966) eram do sexo masculino e 35,3% (1.112.872) eram do sexo feminino. Em sua maioria eram negros (62,5%).

Ainda segundo o FNPETI, os dados da PNAD 2013 apontam que 66,8% do trabalho infantil no Brasil encontrava-se na área urbana e 33,2% nas áreas rurais do país³. 56,3% das crianças e adolescentes inseridas precocemente no mercado de trabalho estavam trabalhando como empregados e 17,7% sem receber nenhum tipo de remuneração.

³ Em 2013, 30,6% do trabalho infantil se concentrava em atividades agrícolas e 69,4% em Não agrícolas (desses: 23,2% Comércio e Reparação; 10,7% na Indústria; 7,6% Alojamento e Alimentação; e 6,8% Serviços domésticos)

Outro dado importante é que, em 2013, das 42,3 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos de idade, 88,2% apenas estudavam; 6,1% estudavam e trabalhavam; 1,5% apenas trabalhavam e 4,2% não estudavam e não trabalhavam.

Os dados globais e nacionais disponíveis demonstram que apesar da tendência de queda nos índices de trabalho infantil, novas estratégias de intervenção social precisam ser implementadas. No que se refere ao trabalho infantil na agricultura, estas estratégias precisam ser pensadas conjuntamente com as populações do campo e os diversos sujeitos sociais que a conformam e a partir da realidade rural, considerando as especificidades, dinâmicas locais, possibilidades e desafios da intervenção social, de forma a promover os direitos humanos das crianças e adolescentes do campo e, ao mesmo tempo, promover também as condições necessárias para que estas populações possam efetivamente garantir, juntamente com o Estado, uma infância livre de trabalho. Qualquer ação estratégica para a erradicação do trabalho infantil no meio rural precisa, necessariamente, considerá-lo como um elemento resultante do processo histórico, político, econômico e cultural que até os dias atuais contribui diretamente para que as áreas rurais sejam terrenos férteis para a reprodução do trabalho infantil. Discutir o papel do Estado e a ausência histórica de políticas públicas voltadas para as populações rurais são passos importantes para que se compreenda o contexto no qual está inserido o debate sobre trabalho infantil e para que se empreenda ações realmente efetivas e sustentáveis de enfrentamento do problema.

2.3 O Caminhar do Brasil na Luta pela Erradicação do Trabalho Infantil

No que se refere ao Brasil, os avanços recentes do país na luta contra o trabalho infantil também são resultado de um conjunto de importantes marcos legais. Por aqui, a compreensão sobre a infância, os direitos humanos das crianças e adolescentes e, especialmente a visão do trabalho infantil enquanto uma violação desses direitos acompanhou a evolução dos debates no mundo e se refletiu em nossos marcos legais, principalmente a partir da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que definiu em seu texto a criança enquanto sujeito de direito e a família, sociedade e o Estado como responsáveis pelo seu bem-estar e proteção.

Outro marco histórico foi a aprovação da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Embora ainda careça de mais divulgação e implementação das ações previstas em seu conteúdo, o ECA teve e tem papel fundamental na maneira de se perceber a infância e a adolescência brasileira. É importante

destacar que este documento é resultado de ampla articulação e mobilização social e trouxe um conjunto significativo de mudanças, não só no panorama legal, ao reconhecer os direitos humanos de crianças e adolescentes, mas também na própria organização e participação da sociedade na elaboração e no controle social das políticas públicas para a infância e a adolescência.

É importante destacar também que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto o ECA inovam ao adotar o Princípio da Proteção Integral. Este princípio nasce de uma perspectiva emancipadora do reconhecimento dos direitos fundamentais à criança e ao adolescente. Nesse sentido, crianças e adolescentes devem ser reconhecidos como cidadãos plenos, sujeitos de direitos, ou seja, são sujeitos sociais que delegam esforços do Estado no sentido de obter o pleno desenvolvimento como pessoa. Para isso, há que se ter em mente a indivisibilidade dos direitos humanos e sua interdependência.

Para Costa, a doutrina da proteção integral:

[...] afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospectivo da infância e da juventude, como portadora da continuidade de seu povo e da espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos. (COSTA, 1992, p. 19).

Outro importante passo para os direitos humanos das crianças e adolescentes brasileiros foi a criação, em 12 de outubro de 1991, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Regulamentado pelo Decreto nº. 5.089, de 20 de maio de 2004, o CONANDA, colegiado permanente, paritário e de caráter deliberativo e controlador das ações de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes tem sua finalidade explicitada no Art.1º do referido decreto:

[...]elaborar normas gerais para a formulação e implementação da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, observadas as linhas de ação e as diretrizes conforme dispõe a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como acompanhar e avaliar a sua execução. (BRASIL, 2004)

No que se refere diretamente ao trabalho infantil, antes de elencarmos os marcos legais, é imprescindível mencionar uma das principais articulações do país, capitaneada pela sociedade civil, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Criado em 1994, o FNPETI consolidou-se como um importante espaço não-governamental permanente de articulação e mobilização dos agentes envolvidos com políticas e programas de enfrentamento ao trabalho infantil. Sua composição é inovadora, pois articula e aglutina diferentes atores do Sistema de Garantia de Direitos, como trabalhadores, empregadores, governo, sociedade civil e operadores de direito.

A garantia dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, especialmente por meio da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador é o objetivo dessa iniciativa brasileira reconhecida nacional e internacionalmente. São ações do FNPETI:

- I - fornecer subsídios para a implementação de políticas, programas, projetos e ações relacionados com a prevenção e a erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador e sua família;
- II - sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos;
- III - prestar assessoramento técnico para o desenvolvimento de projetos de combate ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador;
- IV – apoiar entidades do setor público ou privado que atuam na formulação, orientação, coordenação e execução de políticas relacionadas com a erradicação do trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador;
- V - promover o entrosamento entre o setor público e privado como forma de efetivar as ações de combate ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador;
- VI - sensibilizar, mobilizar e articular diferentes setores da sociedade em torno da luta pela erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente trabalhador;
- VII - apoiar os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil visando o fortalecimento de sua atuação;
- VIII – divulgar experiências exitosas de erradicação do trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador. (FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, 2012, p. 1)

Em seus 20 anos de atuação, o FNPETI está consolidado como um espaço plural, autônomo, promotor da democracia participativa ao agregar atores sociais de diferentes segmentos da sociedade e referência como articulador da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, o que fortalece sua incidência política nos espaços de debate e elaboração de políticas públicas que promovem os direitos humanos de crianças e adolescentes.

Especificamente no que se refere à legislação sobre trabalho infantil, em 1999 a Convenção 138 da OIT é aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 179, posteriormente ratificada em 28 de junho de 2001 e finalmente promulgada, por meio

do Decreto nº. 4.134, em 2002, tendo sua vigência iniciada em junho do mesmo ano. Também em 1999, o Congresso Nacional aprova a Convenção 182 da OIT. Esta Convenção foi ratificada e promulgada em 2000 e passou a ter vigência nacional a partir de 02 de fevereiro de 2001.

Em 2002, como resultado direto da ratificação das Convenções 138 e 182 da OIT, o Brasil institui, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). Na Portaria MTE nº 952, de 08 de julho de 2003 são elencados os objetivos da referida Comissão:

- I - elaborar proposta de um Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil;
- II - verificar a conformidade das Convenções Internacionais do Trabalho 138 e 182 com outros diplomas legais vigentes, elaborando propostas para a regulamentação de ambas e para as adequações legislativas porventura necessárias;
- III - avaliar as atividades constantes da Portaria nº. 20, de 13 de setembro de 2001, alterada pela Portaria nº. 4, de 21 de março de 2002 e;
- IV - propor mecanismos para o monitoramento da aplicação da Convenção 182. (COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL, 2003, p. 1)

Cumprido salientar que, ao serem reconhecidos como sujeitos de direitos pelos diferentes marcos jurídicos aqui citados, crianças e adolescentes tornaram-se também foco da ação do Estado que tem, por obrigação, promover ações e programas que estimulem o seu desenvolvimento integral e os ponha a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Entretanto, a garantia da prioridade absoluta das crianças e adolescentes nas políticas públicas, a redução do trabalho infantil e a eliminação de suas piores formas ainda são desafios que precisam ser enfrentados pela sociedade e governo brasileiros.

3 O OLHAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO CAMPO SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 O que há por aí sobre Trabalho Infantil na Agricultura Familiar

Do ponto de vista da construção do conhecimento, a partir dos anos 1980 tem-se elaborado um número significativo de estudos sobre o trabalho infantil. Questões relativas às causas e consequências do trabalho infantil, a relação entre pobreza e trabalho infantil e à evasão escolar e trabalho infantil, são exemplos de temas que já foram pesquisados e sobre os quais já há algum acúmulo teórico. Entretanto, em que pese o reconhecimento da persistência do trabalho infantil nas áreas rurais, especialmente na agricultura familiar, ainda é incipiente a produção acadêmica.

Com o objetivo de mostrar que o tema trabalho infantil na agricultura familiar ainda precisa de uma reflexão mais aprofundada foi realizado um levantamento preliminar da produção acadêmica nacional. Obviamente, o meio acadêmico não é o único espaço de produção de conhecimento, entretanto, é inegável o seu papel de formação de opinião e, por isso, foi uma opção metodológica fazer esse levantamento somente em base de dados de universidades

O levantamento foi feito em duas bases/portais:

- a) Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): armazena as teses e dissertações de programas de pós-graduação do país.
- b) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): projeto coordenado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e que disponibiliza sistemas de informação de teses e dissertações de instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Estas duas bases de dados de teses e dissertações já eram conhecidas desta pesquisadora por ocasião de sua participação na Pesquisa Nacional “Caracterização das Práticas Educativas com Crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais”, cooperação técnica entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizada em 2012. Guardadas as devidas proporções e escopo diferenciado, este levantamento preliminar da produção acadêmica nacional teve como norte o itinerário metodológico da referida pesquisa. “Trabalho Infantil” e “Trabalho Infantil na Agricultura”

foram as duas palavras-chaves escolhidas para esta ação, considerando os objetivos propostos para esta monografia.

Para o levantamento⁴ da produção acadêmica nacional os seguintes critérios foram definidos e adotados no processo de pesquisa:

- a) Realizou-se a busca em apenas uma tentativa na modalidade pesquisa avançada.
- b) Não houve restrição de ano de produção.
- c) Somente teses e dissertações foram consideradas

A partir desses critérios e definição de palavras-chaves, chegou-se aos seguintes resultados iniciais, como se pode observar na Tabela 2:

Tabela 2 – Total de Registros – Modalidade Pesquisa Avançada

BASES DE DADOS CONSULTADAS	TOTAL DE REGISTROS MODALIDADE PESQUISA AVANÇADA	
	Trabalho Infantil	Trabalho Infantil na Agricultura Familiar
CAPES	21	0
BDTD	39	0
TOTAL	60	0

Fonte: Dados da Pesquisa

Com relação aos resultados encontrados, duas situações precisam ser explicitadas:

- a) As buscas nestas bases de dados/portais foram realizadas considerando-se uma tentativa para cada uma das categorias anteriormente definidas. Essas categorias foram digitadas nos campos “assunto” e “título”, utilizando-se operador booleano AND e letra minúscula. Ao refinar a pesquisa, estes foram os resultados encontrados.
- b) Outras tentativas foram realizadas, mas os registros ainda estavam muito amplos, aglutinando inclusive estudos que não tinham relação com o objeto de estudo deste trabalho e, por esse motivo, foram desconsideradas.

A produção acadêmica sobre o tema trabalho infantil e sobre trabalho infantil na agricultura familiar é mais ampla do que demonstra o Quadro 2. Os números aqui

⁴ É importante destacar que esse levantamento é preliminar e será melhor explorado em estudos futuros.

apresentados são consequências das opções de pesquisa feitas por esta pesquisadora. Por outro lado, as buscas e tentativas realizadas indicam que, no que se refere ao trabalho infantil na agricultura familiar, a produção acadêmica ainda é incipiente.

Como ressalta Stropasolas (2012), além do número reduzido de estudos científicos, os que existem nem sempre reconhecem as crianças como sujeitos sociais capazes de compreender e significar as práticas sociais existentes nos contextos em que vivem. Assim, estudos que possibilitam o processo de escuta de criança e adolescentes devem ser bem-vindos, pois contribuem para a redução desses vazios existentes.

Para além do levantamento da produção acadêmica, foram realizadas também buscas na internet. Em um primeiro momento, o objetivo foi mapear autores que já tenham percorrido o itinerário proposto no presente trabalho, ou seja, de analisar a questão do trabalho infantil a partir de uma reflexão sobre as condições sociais da infância nas comunidades rurais e a partir também do processo de escuta das vozes desses sujeitos sociais. Depois, foi feita consulta ao currículo Lattes dos autores para levantamento de suas produções acadêmicas:

Principais achados:

- a) **STROPASOLAS, Valmir Luiz.**: Professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina, é pós-doutorado em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho – Portugal. Agricultura familiar, infância e juventude rural, gênero, geração e desenvolvimento rural são alguns dos temas abordados por este autor. Atualmente coordena a pesquisa Cidadania ativa e protagonismo de crianças e jovens em ações de desenvolvimento rural, que tem por objetivo identificar e analisar a participação e o protagonismo das crianças, adolescentes e jovens engajados em atividades de cidadania ativa voltadas para a sustentabilidade do desenvolvimento rural realizadas no território da cidadania Meio Oeste Contestado no Estado de Santa Catarina. Principais produções acadêmicas relacionadas ao tema trabalho infantil na agricultura familiar:

➤ Artigos completos publicados em periódicos:

- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, v. 1, p. 249-286, 2012.

- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. Revista Agriculturas (Impresso), v. 8, p. 26-29, 2011.
- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** Mudanças de valores e redefinições nos processos de socialização das crianças rurais. Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación, v. 1, p. n-n, 2011.
- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do reconhecimento social e da cidadania. Grifos, Chapecó/SC, v. 14, 2003.

➤ Capítulos de livros publicados:

- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** SARMENTO, M. J. . Os sentidos do trabalho infantil no campo. Travessias. 10ed.Lisboa: Humus Editorial, 2011, v. 1, p. 233-264.

➤ Apresentações de Trabalho:

- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. 2012. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** Pesquisa em Sociologia da Infância. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- **STROPASOLAS, Valmir Luiz.** Mudanças de valores culturais e redefinições nos processos de socialização das crianças rurais. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

b) **OLIVEIRA, Fátima Lúcia Caldeira Brant de.** Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais, atua como Psicóloga no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Contagem, Minas Gerais. A autora fez uma importante contribuição ao debate sobre trabalho infantil na agricultura com a dissertação **Trabalho e Saúde: Representações Sociais do Trabalho Infantil na Agricultura Familiar para Agricultores e Crianças de um Município do Centro-Oeste Mineiro.** 2013. 136 f. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013. Principais produções acadêmicas relacionadas ao tema trabalho infantil na agricultura familiar:

c)

➤ Artigos completos publicados em periódicos:

- **OLIVEIRA, F. L. C. B.** Articulação de Rede de Enfretamento Infantil: Uma experiência da saúde do trabalhador do Município de Contagem. Boletim ABRASCO, v. 1, p. 74, 2009.

➤ Capítulos de livros publicados:

- **OLIVEIRA, F. L. C. B.** APEGO AO LUGAR: Território(s), território(s) Rural(ais) e Afetividade In: Ana Cláudia Azevedo, Carlos Corrêa Lacerda Junior, Ciro Antônio Pereira Lemos, Elaine Soares Silva, Flávia Aparecida Soares, Gustavo Tomaz de Almeida, Luiz Paulo Ribeiro, Octávio Valente Campos. (Org.). Brant, Fátima L. C. 01ed.Nova Serrana: Camara Brasileira de Livro, 2012, v. 01, p. 01-692.

➤ Apresentações de Trabalho:

- Brant, Fátima Lucia Caldeira ; Brant, Fátima Caldeira ; **OLIVEIRA, F. L. C. B.** . Trabalho Infantil. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- **OLIVEIRA, F. L. C. B.** . Trabalho Infantil na Agricultura Familiar. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- **OLIVEIRA, F. L. C. B.** Trabalho e Identidade. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.2 E o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nessa história?

Segundo o documento *Proteção Infanto-juvenil no Campo: elementos para a Construção da Política do MSTTR da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)*:

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), representado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), tem ao longo dos últimos 22 anos atuado na defesa, proteção e promoção dos direitos humanos das crianças e adolescentes do campo. Inicialmente, as ações eram voltadas ao combate do trabalho infantil, depois o debate e consequentemente as ações da entidade foram ampliadas para o debate sobre a Proteção Infanto-juvenil no Campo. Reconhecida em âmbito nacional e internacional por sua atuação, a CONTAG, em alguns momentos de forma mais tímida e em outros, mais proativa, é sem sombra de dúvida, uma referência no debate sobre a infância e a adolescência do campo. A trajetória da entidade nesta temática é uma experiência reconhecida, inclusive, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como uma boa prática do movimento sindical. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2014, p. 2)

A CONTAG tem papel estratégico na sensibilização, mobilização e articulação da Rede Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil para o debate sobre o trabalho infantil na agricultura familiar. Em que pese as resistências internas para tratar o tema⁵, a entidade destaca-se nos espaços de debate e proposição de políticas públicas ao abordar a realidade da infância e da adolescência rurais. Sua atuação está embasada nos princípios do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), projeto político do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) que tem em sua fundamentação uma concepção de desenvolvimento que aglutina crescimento econômico, justiça, participação social, preservação ambiental e que privilegie o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. No que se refere ao trabalho infantil na agricultura familiar:

O MSTTR reconhece que na agricultura familiar há trabalho infantil e, nestes casos, tem atuado, historicamente, na sensibilização e mobilização de dirigentes, lideranças e assessorias sindicais sobre os malefícios da inserção precoce de crianças e adolescentes do campo no trabalho. Entretanto, falar em trabalho infantil na agricultura familiar significa falar também da importância das vivências cotidianas da vida rural para a formação da identidade de sujeito do campo, visto que o amor, o respeito, o vínculo com a terra e o sentimento de pertencimento são adquiridos na infância e que se consolidam no decorrer da vida. Para os povos do campo, a

⁵ As resistências do MSTTR estão mais relacionadas mais às estratégias adotadas de enfrentamento ao trabalho infantil na agricultura do que ao convencimento de que o problema existe no meio rural e precisa ser combatido.

transmissão dos saberes e da cultura ocorrem no próprio processo coletivo do trabalho e na vida comunitária, sendo esta uma característica da sociabilidade na agricultura familiar. É importante que Estado e sociedade reconheçam que existem, no meio rural, atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes que fazem parte do processo de educação para a vida no campo, não prejudicam seu desenvolvimento e são importantes pois permitem às crianças e adolescentes do campo a possibilidade de escolha entre permanecer no campo e contribuir para o processo de sucessão na agricultura familiar ou sair em busca de outras oportunidades. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, 2013)

Duas questões centrais se evidenciam no discurso institucional da CONTAG: a preocupação com a formação da identidade de sujeito do campo e a busca por formas de garantir esse processo sem violar os direitos das crianças e adolescentes rurais. Foi com o objetivo de ouvir o que pensam as crianças, adolescentes e suas famílias que a CONTAG e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizaram a pesquisa nacional Participação/Contribuição das crianças e adolescentes na produção familiar.

A partir de uma compreensão de que o desenvolvimento, para ser sustentável, deve estar pautado em um processo de reconhecimento das identidades e das diferenças, torna-se primordial, quando se fala do campo brasileiro, libertar-se dos limites que o reduzem a um lugar atrasado e focam somente seu aspecto produtivo e ampliar o horizonte até compreender as características culturais, políticas e sociais que o conformam. Neste sentido a CONTAG, em seus 50 anos de atuação, tem dado uma contribuição significativa nos espaços de proposição e controle social das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável e das bandeiras de luta que defende, tais como: a Reforma Agrária, a Agricultura Familiar, a Previdência e Assistência Social; Políticas Públicas de Educação, Saúde, Gênero e Geração (juventude e Terceira Idade), Proteção Infância-juvenil no Campo e combate ao trabalho escravo. A CONTAG defende que somente a partir do despreendimento de preconceitos, de um olhar ampliado sobre a realidade e a conjuntura do campo brasileiro serão construídas as condições necessárias para o combate ao trabalho infantil na agricultura.

Significa, então, reconhecer que a atual conjuntura do campo, com altas concentrações de terra, desigualdade social e regional, é resultado de uma ausência histórica do Estado e de negação dos direitos sociais das populações que nele vivem (FURTADO, 1972; IANNI, 1991). Significa reconhecer ainda, que o campo brasileiro também é um espaço de disputa de projetos políticos antagônicos. De um lado, um projeto político neoliberal, caracterizado pela redução do Estado, pela valorização do mercado, pela desvalorização da política, com um caráter marcadamente conservador, a este projeto político está aliada a ideia de democracia de baixa intensidade. E de outro, um projeto político democrático, que defende a participação

ampliada dos sujeitos políticos, o compartilhamento do poder nos processos decisórios e que estimula e promove o acompanhamento e o monitoramento das ações do Estado. Este projeto político refenda os princípios da democracia de alta intensidade. (AVRITZER e SANTOS, 2003). No campo brasileiro, ambos os projetos encontram aliados no agronegócio e na agricultura familiar, respectivamente.

3.3 A Pesquisa Nacional Participação/Contribuição das crianças e adolescentes na produção familiar: a voz das crianças, adolescentes e suas famílias

No que se refere à proteção infanto-juvenil, a CONTAG atua na sensibilização, mobilização e articulação dos dirigentes, lideranças e assessorias sindicais no sentido de colocar o tema do trabalho infantil na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), tendo participado de importantes momentos históricos da caminhada brasileira na luta contra o trabalho infantil.

Em 1992, foi uma das entidades apoiadoras da implementação do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem como objetivo apoiar os países a restringirem progressivamente o trabalho infantil, a regulamentá-lo com vistas à sua eliminação definitiva e ampliar a percepção da comunidade nacional e internacional quanto às consequências do trabalho infantil, os desafios e as possibilidades de enfrentamento do problema.

Em 1994, participou da criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Como resultado dos debates e da articulação no âmbito da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, em 1995, a CONTAG adotou, no 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a Erradicação do Trabalho Infantil como bandeira estratégica do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, a partir desse momento, a participação da CONTAG no enfrentamento do trabalho infantil assume outro patamar, formalmente institucionalizado.

A partir de 1997, a CONTAG participou efetivamente da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, movimento internacional que mobilizou 99 países e que teve como objetivos sensibilizar a opinião pública contra o trabalho infantil, exigir a eliminação imediata das piores formas, incentivar a implementação de novas políticas de cooperação e desenvolvimento e promover a educação como estratégia no enfrentamento do trabalho infantil.

Outro momento importante na luta contra o trabalho infantil no Brasil e que contou com a participação da CONTAG foi a criação, em 2003, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI, que tinha, dentre suas atribuições, elaborar a proposta de um Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

A partir do amadurecimento do debate sobre o trabalho infantil no âmbito do MSTTR, em 2005, em seu 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a CONTAG ampliou o debate sobre a infância e a adolescência do campo, por entender que não basta erradicar o trabalho infantil, mas promover os direitos infanto-juvenis, assim, a bandeira de luta da CONTAG passa a ser a proteção infanto-juvenil no campo.

Apesar das inúmeras iniciativas, ainda havia resistências no MSTTR em discutir o trabalho infantil na agricultura e era necessário buscar formas de abordagem que conseguissem sensibilizar as famílias de trabalhadores rurais e os dirigentes e lideranças dos sindicatos, federações e da própria CONTAG sobre os efeitos perversos do trabalho infantil não só para as crianças e adolescentes do campo, mas também para o próprio desenvolvimento rural sustentável.

Por outro lado, para além das resistências internas, havia também uma pressão externa de âmbito nacional e internacional que exigia da entidade ações mais efetivas no enfrentamento ao trabalho infantil no meio rural por conta do importante continente de crianças e adolescentes inseridos precocemente no trabalho. É nesse contexto que surge o Programa de Ação Proteção Infanto-juvenil no Meio Rural que, dentre seus objetivos, tinha a realização de uma pesquisa interna ao MSTTR para levantar as expectativas, os desafios e as possibilidades de ações de combate ao trabalho infantil na agricultura familiar.

A pesquisa foi realizada em 2008 e teve abrangência nacional, sendo aplicada em 25 Estados brasileiros. Para sua execução, CONTAG e OIT elaboraram dois instrumentos de pesquisa (apêndices A e B) que tinham como objetivo conhecer o que pensavam as crianças, adolescentes e suas famílias sobre as atividades realizadas por elas no âmbito da agricultura familiar.

Como a proposta era que a pesquisa ocorresse no âmbito do MSTTR, a CONTAG, por meio de suas secretarias de Juventude e de Políticas Sociais capacitaram jovens do movimento sindical para que estes pudessem aplicar os questionários. É importante destacar que essa estratégia possibilitou também a sensibilização, mobilização e articulação da juventude rural em torno do tema trabalho infantil na agricultura.

Foram encaminhados, no total, 33.940 questionários, destes, 1106 retornaram à CONTAG respondidos: 526 Questionários - Pais e/ou Responsáveis (QPR), 530

Questionários – Crianças e Adolescentes e 50 questionários que, ou não foi possível identificar a origem, ou apresentaram inconsistências nas respostas e foram descartados.

Tabela 3 – Mapeamento do Número de Questionários Respondidos por Unidade da Federação e Tipo de Questionário

Unidade da Federação	Questionários Respondidos por Estado	QPR	QCA
Região Norte			
PA	82	38	44
TO	18	7	11
Total	100	45	55
Região Nordeste			
AL	16	8	8
BA	74	38	36
CE	232	116	116
MA	204	107	97
PE	102	48	54
PI	163	82	81
RN	66	33	33
SE	8	4	4
Total	865	436	429
Região Centro-Oeste			
GO	4	2	2
Total	4	2	2
Região Sul			
PR	9	4	5
RS	6	3	3
Total	15	7	8
Região Sudeste			
MG	36	18	18
RJ	36	18	18
Total	72	36	36
Questionários Não Identificados			
Total	50	0	0
Total de Questionários Respondidos	1106	526	530

Fonte: Dados da pesquisa

A devolutiva dos questionários da pesquisa, embora seja baixa em comparação ao número de questionários enviados, continua representativa e permite inferências que podem contribuir com os objetivos deste estudo.

A Região Nordeste foi a região responsável pelo maior número de questionários respondidos (782), seguida das regiões Norte (100), Sudeste (72), Sul (15) e Centro-Oeste (4). É na Região Nordeste que também se encontram as Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAGs) com uma atuação mais efetiva no debate sobre direitos humanos de crianças e adolescentes, o que a princípio, pode indicar mais engajamento na aplicação da pesquisa. As regiões Sul e Centro-Oeste foram as que tiveram menor participação na devolutiva dos questionários. Na Região Sul, caracterizada por forte presença da agricultura familiar, a dimensão cultural de valorização positiva do trabalho é predominante, o que torna a inserção do debate sobre o trabalho infantil na agricultura um desafio por conta das resistências existentes. Já na Região Centro-Oeste, predomina a agricultura de grande porte, ligada ao agronegócio e há pouca presença da agricultura familiar, o que pode ter sido um dos fatores limitantes para a aplicação dos questionários. 10 Estados receberam e não apresentaram a devolutiva da pesquisa à CONTAG: AM, AC, RO, RR, PB, DF, MT, MS, SC e ES.

3.4 A Pesquisa no Maranhão: primeiras inferências

O Maranhão foi selecionado para este trabalho, por ter sido o segundo Estado com maior devolutiva, por ter forte presença de agricultura familiar em seu território e por estar entre os 10 Estados com maiores índices de trabalho infantil no Brasil. 204 pessoas foram entrevistadas seis municípios maranhenses: Pinheiro, Matões do Norte, Matinha, Chapadinha, Lago Verde e São Luís. As perguntas escolhidas para as primeiras inferências foram escolhidas pela possibilidade de futuros cruzamentos entre as respostas dos pais e/ou responsáveis e das crianças e adolescentes.

3.4.1 As vozes dos pais e/ou responsáveis

Quanto ao perfil dos entrevistados, 107 identificaram-se como pais e/ou responsáveis das crianças ou adolescentes rurais. Destes 69% era do sexo feminino e 38% do sexo masculino. As famílias entrevistadas afirmaram produzir em sua propriedade arroz, feijão, mandioca e milho, produtos típicos da agricultura familiar.

Cada entrevistado respondeu 72 questões distribuídas em 5 grandes blocos de perguntas. Para este estudo foram sistematizados e analisados os dados referentes a duas perguntas dos blocos Resgate Histórico e Expectativas de Futuro respectivamente, conforme Quadro 1.

Quadro 2 – Perguntas Seleccionadas para os Pais e/ou Responsáveis

Bloco 4: Resgate Histórico	
Pergunta 2	Quando criança você participava das atividades na propriedade rural? Que atividades fazia?
Pergunta 3	Se você pudesse voltar à sua infância, o que você mudaria?
Bloco 5: Expectativas de Futuro	
Pergunta 1	O que você deseja para sua família no futuro?
Pergunta 2	O que o governo (federal, estadual, municipal) poderia fazer para garantir um futuro melhor para sua família/comunidade?

Fonte: Questionário Pais e/ou Responsável

Para melhor compreensão, os resultados das entrevistas com os pais e/ou responsáveis serão mostrados por blocos como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Perguntas do Bloco 4: Resgate Histórico

Bloco 4: Resgate Histórico	
Pergunta 2	Quando criança você participava das atividades na propriedade rural? Que atividades fazia?
Pergunta 3	Se você pudesse voltar à sua infância, o que você mudaria?

Fonte: Questionário Pais e/ou Responsável

102 entrevistados responderam à pergunta 2, “**Quando criança você participava das atividades na propriedade rural? Que atividades fazia?**”, do Bloco 4. Destes, 76,5% afirmaram participar de alguma atividade na propriedade rural durante a infância. Quando questionados sobre as atividades que faziam, a maioria dos entrevistados respondeu que ajudavam no plantio e na colheita. Interessante notar a escolha das palavras para descrever a participação nas atividades da propriedade rural. Alguns entrevistados utilizaram a expressão “ajudar os pais”, enquanto outros falaram claramente que “trabalhavam na roça com os pais”. Esta é uma diferenciação importante considerando-se o que já foi apontado anteriormente com relação a socialização na agricultura familiar. Os entrevistados que utilizaram a

expressão “ajudar os pais” deixam subentendido que não percebem esta contribuição como trabalho e sim como uma ação solidária. Por outro lado, os entrevistados que optaram pelo verbo “trabalhar” deixam explícita a relação de corresponsabilidade da criança com as obrigações de seus pais. Na voz de dois dos entrevistados:

“Fazia o mesmo trabalho que um adulto na lavoura”

“Fazia tudo que um adulto.”

107 entrevistados responderam à pergunta 3, **“Se você pudesse voltar à sua infância, o que você mudaria?”**, ainda do Bloco 4, sobre as mudanças que fariam se pudessem voltar à infância, 60% deles responderam que voltariam a estudar. Na voz dos entrevistados:

“Começaria meus estudos novamente, pois sem ele não somos nada”

“Dedicaria todo o meu tempo para estudar e aproveitar o máximo a minha infância”

“Iria me dedicar mais aos estudos para arrumar um bom emprego”

Mudaria muita coisa, daria mais valor à educação”

Muitas coisas, como brincar e estudar”

Não deixaria de estudar”

Trabalhar menos e estudar mais”

As falas dos entrevistados explicitam uma mudança na valoração do trabalho e da educação, esta última ganhando um *status* positivo em relação ao trabalho. Esta pergunta além de reveladora, é uma verdadeira sensibilização sobre as consequências do trabalho infantil na agricultura. Ao fazer com que os adultos imergissem no seu passado, na sua infância, exercitando a alteridade da criança, permitiu-se que eles pudessem perceber as consequências da sua inserção precoce no trabalho e a necessidade de garantir uma outra realidade para seus filhos e filhas. Chama a atenção a fala de um dos entrevistados:

“Voltaria a estudar para deixar a vida de lavrador que é sofrida”.

Uma das dimensões da formação da identidade de sujeito do campo é a valorização do trabalho rural, da categoria trabalhador rural. Entretanto, algumas ações tomadas para promover essa identidade de homem e mulher do campo pode, ao contrário, fazer com que as

futuras gerações continuem reproduzindo a visão de que o campo é lugar de atraso e de falta de oportunidades e de que ser trabalhador rural não é uma boa opção profissional.

No Quadro 4 estão listadas as perguntas respondidas pelos entrevistados sobre suas expectativas para o futuro e como espera alcançar seus objetivos. O objetivo destas duas perguntas foi inferir, a partir das respostas, até que ponto as experiências vividas na infância tiveram impactos positivos ou negativos nas escolhas futuras dos entrevistados.

Quadro 4 - Perguntas do Bloco 5: Expectativas de Futuro

Bloco 5: Expectativas de Futuro	
Pergunta 1	O que você deseja para sua família no futuro?
Pergunta 2	O que o governo (federal, estadual, municipal) poderia fazer para garantir um futuro melhor para sua família/comunidade?

Fonte: Questionário Pais e/ou Responsável

Todos os entrevistados responderam à pergunta 1 do Bloco 5, **“O que você deseja para sua família no futuro?”** As respostas mais uma vez evidenciam uma valorização da educação em detrimento do trabalho na infância. Como pode-se observar nas falas dos entrevistados:

“Desejo que meus filhos estudem para ter um futuro melhor”

“Desejo que meus filhos se formem e consigam um bom emprego”

“Desejo que seja melhor que o meu, que que eles aprendam o que não tive oportunidade de aprender”

“Desejo que todos os meus filhos terminem os estudos”

“Educação e formação dos filhos para um futuro melhor”

“Emprego digno e que seja feliz no seu trabalho, melhor que o meu”

“Melhoria na educação para que os filhos continuem os estudos”

“Que meus filhos possam terminar os estudos e ter um futuro melhor”

A pergunta 2, **“O que o governo (federal, estadual, municipal) poderia fazer para garantir um futuro melhor para sua família/comunidade?”** do Bloco 5, também obteve 100% de respostas. Os entrevistados destacaram como principais demandas aos governos para a garantia de melhores condições futuras às suas famílias:

“Aplicar corretamente os recursos destinados a cada área específica. Aumento de salário, melhoria nas estradas, crédito, comercialização para os produtos da zona rural”

“Geração de emprego”

“Investir mais na educação, saúde, esporte, lazer e saneamento básico. Se preocupar mais com a qualidade do alimento escolar e produção agrícola”

“Terras para a comunidade, máquinas agrícolas, crédito, comercialização para produtos da zona rural, educação e estradas.

As respostas à esta questão, evidenciam demandas por políticas públicas. Mesmo reconhecendo os avanços que o país tem obtido na universalização do acesso às políticas públicas e às políticas de proteção social, a garantia de qualidade dessas políticas ainda é o grande desafio para as áreas rurais.

3.4.2 As vozes das crianças e adolescentes rurais

Foram entrevistadas 94 crianças e adolescentes, entre cinco e 17 anos de idade. 48,5% dos entrevistados eram meninas. O questionário utilizado para a entrevista continha 40 questões, divididas em 4 blocos: Dados Sócio-demográficos, Escolaridade, Descrição das Atividades e Expectativas de futuro.

Para este estudo foram escolhidas 4 perguntas de 3 blocos específicos, conforme distribuição apresentada no Quadro 5.

Quadro 5 – Perguntas Selecionadas

Bloco 2: Escolaridade	
Pergunta 1	Tem alguma coisa que você gostaria que mudasse com relação à sua escola?
Bloco 3: Descrição de Atividades	
Pergunta 2	Tem alguma atividade que você não gosta de fazer? Por quê?
Pergunta 3	O que você mais gosta de fazer? Por quê?
Bloco 4: Expectativas de Futuro	
Pergunta 1	O que você deseja ser no futuro?

Fonte: Questionário Crianças e Adolescentes

A pergunta **“Tem alguma coisa que você gostaria que mudasse com relação à sua escola?”** do Bloco 2 (Escolaridade) do questionário, foi respondida por todas as crianças e adolescentes entrevistadas e traz o olhar delas sobre o direito à educação de forma bastante ampliada e rica. Por ser uma questão aberta, as crianças tiveram a liberdade de discorrer sobre vários temas que as preocupam. As respostas aqui apresentadas foram agrupadas em temas

(infraestrutura das escolas do campo, transporte escolar, gestão escolar) para melhor visualização por terem sido recorrentes na fala das crianças e adolescentes.

Seguem as sugestões de mudanças que ilustram, na voz das crianças e adolescentes, as principais sugestões quanto ao tema Infraestrutura das escolas do campo:

“ Computadores, esporte, que a escola fosse maior e mais atividades e brincadeiras”

“Gostaria de cadeiras novas e uma reforma em toda a escola”

“Gostaria de recursos tecnológicos e melhoras para estrutura física da escola”

“Gostaria de uma escola maior, para ter mais conforto”

“Pátio melhor para brincadeiras e um banheiro equipado”

“Professores de inglês, de computação. Mais esportes e outras atividades”

“Uma quadra de esportes, um pátio, uma biblioteca e uma sala de computadores”

“Banheiro com vasos sanitários e os professores que faltam muito”

Com relação ao transporte escolar, tema muito abordado pelas crianças e adolescentes:

“De ônibus quebrado a um micro-ônibus com ar condicionado”

“Gostaria que mudasse o transporte de pior para melhor”

“Empenho por parte do governo municipal quanto ao transporte escolar”

“Melhora do transporte escolar, pois é muito precário”

“O transporte, pois o ônibus falta muito”

Com relação à Gestão Escolar:

“ A falta de atenção dos coordenadores em relação ao trabalho de alguns professores”

“Ter mais dinâmica”

“Educação com mais qualidade”

“A merenda, porque acho que não é adequada, só mandam bolachas com suco e sopa”

“A merenda e a água não são suficientes”

“Escola fosse melhor, merenda todos os dias”

No Bloco 3 (Descrição das Atividades), na pergunta 2 **“Tem alguma atividade que você não gosta de fazer? Por quê?”** as crianças e adolescentes rurais puderam refletir sobre sua rotina diária e explicitar as atividades que não gostam de fazer e o porquê. Para melhor

visualização, as respostas, nas vozes das crianças e adolescentes, foram agrupadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Respostas Agrupadas por Faixa Etária

RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS	
Tem alguma atividade que você não gosta de fazer?	Por quê?
"Não gosto quando minha mãe me manda fazer alguns trabalhos"	"Acho muito chato"
"Não tem nenhuma atividade que não goste"	"Porque sou criança e não faço porque não posso fazer"
"Trabalhar na roça"	"Porque é muito longe"
	"Fico sem vontade de ir para a escola"
"Não gosto de arrumar a casa"	"Porque é uma atividade super cansada para uma criança de 8 anos"
	"Porque é um trabalho muito difícil de fazer"
	"Porque é cansativo"
RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS	
Tem alguma atividade que você não gosta de fazer?	Por quê?
"Não gosto de trabalhar"	"É muito chato e cansativo"
	"Porque me impede de crescer na vida na escola. Fico cansada e sem vontade de estudar"
	"Porque ainda sou criança"
	"Trabalhar no pesado, até porque eu sou um adolescente e prejudica o meu estudo"

Fonte: Dados da pesquisa

(Continuação)

RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS	
Tem alguma atividade que você não gosta de fazer?	Por quê?
"Trabalhar na roça"	"Porque a atividade é muito cansativa"
	"Porque o sol é forte e porque me deixa cansada e sem disposição para ir à escola"
"Trabalhar em casa"	"É muito cansativo"
	"Porque é uma atividade difícil, é pesada e porque ainda me sinto criança"
	"Porque simplesmente é uma coisa que ficou pra mulher fazer"
"Quebrar côco babaçu"	"Porque é muito perigoso, costuma cortar os dedos"
	"Porque as mãos da gente ficam horríveis"
RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 15 A 17 ANOS	
Tem alguma atividade que você não gosta de fazer?	Por quê?
"Não gosto de ir para a roça"	"Porque o serviço é muito pesado"
	"Porque é um serviço muito desgastante para a pessoa"
	"Porque acaba prejudicando os estudos"
	Porque é um serviço muito cansativo e infelizmente não temos uma condição de vida adequada"
"Desmatar a área para preparar a terra para a plantação"	"Porque nos oferece muitos riscos"
"Não gosto do serviço doméstico"	"Porque não entendo desse lado"

Fonte: Dados da pesquisa

Uma questão importante a ser considerada diz respeito à divisão sexual do trabalho e a naturalização de que as tarefas domésticas devem ser feitas pelas meninas. A relação entre trabalho infantil e gênero está diretamente ligada ao debate sobre o trabalho infantil doméstico que, por sua vez, também tem ligações com o debate sobre o trabalho infantil na agricultura. Por outro lado, um ponto importante de reflexão apresentado nas falas, é que as crianças e adolescentes conseguem perceber o impacto do trabalho no sucesso dos estudos e ao mesmo tempo reconhecem os riscos a que estão expostos em algumas atividades.

A pergunta 3 do Bloco 3, “O que você mais gosta de fazer? Por quê?”, também foi respondida por todas as crianças e adolescentes. Suas respostas estão agrupadas, por predominância de respostas e por faixa etária, no Quadro 7.

Quadro 7 – Pergunta 3 – Bloco 3 - Respostas agrupadas por Faixa Etária

RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 5 A 9 ANOS	
O que você mais gosta de fazer?	Por quê?
"Ir para a escola"	" Porque na escola eu aprendo coisas novas que são úteis para mim"
"Brincar"	"Porque eu me sinto muito feliz"
	"Porque eu gosto muito"
	"Porque é divertido"
	"Porque na escola estou me divertindo e aprendendo, sem ter a dificuldade que encontro no trabalho"
RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS	
O que você mais gosta de fazer?	Por quê?
"Estudar"	"Porque é o estudo que vai garantir meu futuro"
	"Porque quero aprender e trabalhar no futuro"
	"Porque aprendo na escola a ler e escrever e faço várias amizades e tem a área de lazer para brincar"
	"É a melhor profissão"
	"Porque é a melhor coisa que podemos fazer por nossas vidas"
	"Porque é fundamental para podermos alcançar o que queremos"
	"Porque é só o que me tira dessa vida cansada e me leva a um lado de mais facilidade"
	"Porque quero ser alguém na vida"
	"Porque pretendo no futuro ser uma pessoa que possa transmitir algo e também ajudar a quem precisar"
	"É a melhor coisa que podemos fazer em nossa vida é estudar, mas é totalmente difícil"
RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS	
O que você mais gosta de fazer?	Por quê?
"Brincar"	"Porque eu fico feliz e ao mesmo tempo me esqueço do trabalho"
	"Porque nesse momento estou livre e me sinto com o direito que toda criança da minha idade tem"
"Jogar bola e brincar com as minhas amigas"	"Porque é uma coisa muito boa estar entre amigas"

(Continuação)

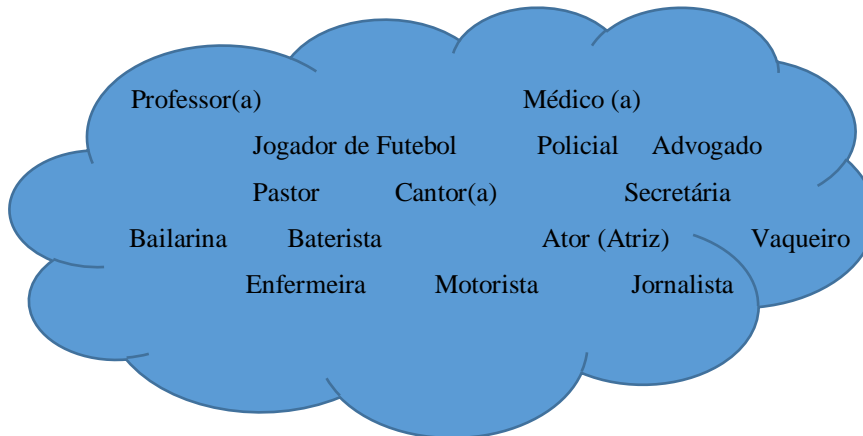
RESPOSTAS DAS CRIANÇAS DE 15 A 17 ANOS	
O que você mais gosta de fazer?	Por quê?
"Colher arroz e feijão"	"Porque é um serviço leve"
"Dançar, cantar, cantar"	"Porque eu gosto, quando estou fazendo essas atividades eu fico muito feliz"
"Estudar"	"Porque é a única coisa que um dia vai me tirar dessa vida"
"Jogar bola"	"Porque me dá prazer"
	"Porque é um esporte divertido"

Fonte: Dados da pesquisa

Nessa questão, chama a atenção a predominância das respostas do grupo etário 5 a 9 anos e do grupo etário 10 a 14 anos de idade, pois as crianças entrevistadas mais uma vez destacaram a importância da educação. Já no grupo etário de 15 a 17 anos, os estudos não apareceram como a principal resposta, já sendo substituída pelo trabalho.

Por fim, no que se refere ao Bloco 4 (Expectativas de Futuro), as respostas das crianças e adolescentes à pergunta deste bloco, "O que você deseja ser no futuro?", estão representada na Figura 1.

Figura 1 – Profissão futura



Fonte: Elaborada pela autora

É importante destacar que foram obtidas 100% de respostas das crianças e adolescentes entrevistadas nesta questão. Do total de respostas, apenas uma criança explicitou a vontade de ter uma profissão associada ao rural, no caso a profissão de vaqueiro.

4 PARA NÃO CONCLUIR

A proteção integral das crianças e adolescentes do campo se inicia a partir do reconhecimento e da valorização do campo como espaço de vida onde as pessoas produzem e reproduzem sua existência e da promoção das condições necessárias para que a categoria trabalhadora rural, homens e mulheres do campo participem dos processos de proposição e decisão quanto às políticas públicas que visem o combate à concentração de poder, de renda, de terras e recursos naturais, heranças históricas que geram e perpetuam as desigualdades, a exclusão social e a pobreza no campo.

Como afirma Frota:

No Estatuto crianças e adolescentes são definidos simultaneamente como “*pessoas em condição peculiar de desenvolvimento*”- justificando desse modo a necessidade da *proteção integral e prioritária de seus direitos* por parte da família, da sociedade e do Estado - e como “*sujeitos de direitos*”- significando que não podem mais ser tratados como objetos passivos de controle por parte da família, do Estado e da sociedade. (FROTA, 2002, p.1)

Entretanto, apesar dos avanços nos marcos legais para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, na prática, a sociedade ainda os enxerga como “o futuro”, aqueles que virão a ser e não aqueles que são, “o presente”. A consolidação da proteção integral, concebida na origem da indivisibilidade dos direitos humanos, ainda é um objetivo a ser alcançado.

Ainda predomina na sociedade, a visão da criança e do adolescente como “tábuas rasas”, aqueles que precisam se submeter ao mundo dos adultos, para um dia, dele poderem fazer parte. Salvo poucas iniciativas, o exercício da cidadania, as experiências que vão fazer surgir o cidadão, não acontecem na infância e na adolescência, e nem sempre acontecem na juventude, como apontam Dayrell e Gomes, ao afirmarem que ainda há resistências na sociedade “em considerar o jovem como interlocutor válido, capaz de emitir opiniões e interferir nas propostas que lhes dizem respeito, desestimulando a sua participação e o seu protagonismo.”(DAYRELL e GOMES, 2008, p. 1).

O objetivo deste trabalho foi dar visibilidade aos sujeitos “crianças e adolescentes rurais” e ecoar suas vozes no debate sobre o trabalho infantil na agricultura familiar. Não se trata aqui de expor as famílias e mais uma vez culpabilizá-las pela inserção precoce das crianças e adolescentes no trabalho. Ao contrário, ao socializar as vozes de meninos e meninas rurais sobre o tema, o que se quer é colocar em perspectiva os dois discursos hoje vigentes: um que é o hegemônico e está embasado nos marcos legais nacionais e internacionais e outro que é defendido pelas famílias rurais e pelos movimentos sociais e/ou

sindicais que as representam e que defendem que o amor à terra e a transmissão dos saberes deve se iniciar na infância. Diga-se de passagem, que ambos os discursos possuem verdades e inverdades e precisam passar por revisões e atualizações. Estas devem ocorrer, sem sombra de dúvidas, considerando a opinião dos principais envolvidos na questão, as crianças e adolescentes rurais.

Em que pese, neste estudo, a ausência de análise dos dados apresentados, os indícios implícitos e algumas vezes explícitos sobre a relação entre as vivências experimentadas na infância e adolescência rural e as escolhas futuras dessas crianças, a exemplo da escolha da profissão, mostram que para além da questão cultural existente, ainda não foram garantidas as condições necessárias (econômicas, políticas, culturais e sociais) para que o investimento social das famílias na infância e na adolescência rural, principalmente por meio do direito à educação, seja o caminho natural para a garantia da cidadania de milhares de crianças e adolescentes.

Mas a pergunta que inevitavelmente vem à tona é: até que essas condições sejam garantidas, como garantir o direito à infância e à adolescência e, ao mesmo tempo, promover a construção, o reconhecimento e a valorização da identidade de sujeito do campo? Este debate precisa ser feito, sob o risco de, no futuro, nem um vaqueiro sobrar para contar a história.

É importante destacar também que, as falas das crianças e adolescentes apontam que elas não têm visto no meio rural um espaço em que é possível ter um futuro melhor, o que nos leva a crer que as vivências que têm experimentado neste espaço têm sido vistas mais como violências do que como aprendizagem e que para a formação dos sujeitos do campo novas estratégias também precisarão ser pensadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Menino Drummond**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 39 p.
- ARIÉS, Phillipe. **História social da infância e da família**. Tradução Dora Flaksman. – 2.ed. – Rio de Janeiro : LTC, 2012.
- AVRITZER, Leonardo. “**Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação**: da Autorização à Legitimidade da Ação”. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, p. 443 a 464. Disponível em <http://www.scielo.br>
- AVRITZER e SANTOS, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/article_2003-11-03-santos-pt.html>. Acesso em: 07 mai.2013, 14:30:30.
- BARBOSA NETO, Pedro Alves. **Fluxos informacionais para o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho sobre as piores formas do trabalho infantil**: análise comparada dos contextos brasileiro e canadense. 2013. 260 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013)
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. 168 p.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- BRASIL. Decreto nº.5.089, de 20 de maio de 2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 maio 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5089.htm>. Acesso em: 05 abr. 2014
- BRASIL. Decreto nº 179, de 14 de dezembro de 1999. Aprova os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego, adotadas em junho de 1973, em Genebra. Senado Federal, Brasília, 14 dez 1999. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=228426>> Acesso em: 05 abr. 2014
- BRASIL. Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego. Casa Civil, Brasília, 18 fev 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4134.htm> Acesso em: 05 abr.2014
- BRASIL. Portaria MTE nº 952, de 08 de julho de 2003. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - CONAETI.Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília,

09 julh 2003. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB033F8159CE/p_20030708_952.pdf> Acesso em 05 abr. 2014>

BRASIL. Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de maio 2004

COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. Regimento Interno: Brasília, 09 de julho de 2003 . Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B2F46A8012B3091C5450E1C/conaeti_regime nto_interno.pdf> Acesso em: 05 abr. 2014

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Proteção Infanto-juvenil no Campo: elementos para a Construção da Política do MSTTR:** Brasília 2014. Núcleo Bandeirante CONTAG, 2014.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Natureza e implantação do novo Direito da Criança e do Adolescente. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord.). Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

DAYRELL, Juarez e GOMES, Nilma Lino. Juventude no Brasil: questões e desafios. 2008 mimeo

DEMARTINI, P. **Contribuições da sociologia da infância: focando o olhar.** Florianópolis: Revista Zero-a-seis. 2001. Disponível em <<http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/artigos6.html>>. Acesso em: 20 julh. 2014

FERES Júnior, João, and ASSY, Bethania. 2006. Reconhecimento. In **Dicionário de Filosofia do Direito**, edited by Vicente de Paulo Barretto, p.705-710. Rio de Janeiro.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **Regimento Interno do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.** Brasília: FNPETI, 2012

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral. In: Carvalho, Alysson. (Org.). Políticas Públicas. 1ed. Belo Horizonte: UFMG, v.1, p.59-85.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do.; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **A Construção Social do Conceito de Infância:** algumas interlocuções históricas e sociológicas. 2007. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gepeis/wp-content/uploads/2011/08/infancias.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção nº 182:** convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Brasília: OIT, 2000. Disponível: <http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/conv_182.pdf>. Acesso em: Acesso em: 22 de jan.2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção nº 138:** convenção sobre idade mínima para admissão a emprego. Brasília: OIT, 2001. Disponível: http://www.oit.org.br/sites/all/ipecc/download/conv_138.pdf. Acesso em: 22 de jan.2014.

OLIVEIRA, Fátima Lúcia Caldeira Brant de. **Trabalho e Saúde:** Representações Sociais do Trabalho Infantil na Agricultura Familiar para Agricultores e Crianças de um Município do Centro-Oeste Mineiro. 2013. 136 p. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2013

SANTOS, José Antônio Lôbo dos. **Implicações do PRONAF na Produção do Espaço Rural do Município de Feira de Santana – BA (1999/2006)**. 2007.190 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOUZA, Tammi Flávie Peres Borges de.; SILVA, Anamaria Santana da Silva. A Escola dos Sonhos: em busca do ponto de vista das crianças. **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVIII, v. 21, n. 22, p. 166-182, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/issue/view/143>>. Acesso em: 12 abr.2014

STROPASOLAS, V. L. Trabalho infantil no campo: do problema social ao objeto sociológico. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS. 5, 2012, Belém. Disponível em < <http://agriculturasamazonicas.ufpa.br/redes5>> Acesso em 22 jan. 2014.

TAMAYO G., Eduardo. **Trabalho infantil:** as cifras da vergonha. 2002. Disponível em: <http://imediata.com/lancededados/tamayo_trabinfantil.html>. Acesso em: 22 jan. 2005.

TEIXEIRA, M. A; LAGES, V. N. **Transformações no espaço e a geografia rural:** idéias para discussão. Revista de Geografia, São Paulo: UEP, v. 14, p. 1-185, 1997.

APÊNDICE A – MÁSCARA QUESTIONÁRIO PAIS E/OU RESPONSÁVEIS



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura



MÁSCARA QUESTIONÁRIO – PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

QPR: Número do questionário

Q00: Estado

Q01: Nome do Município

► DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Q02. Idade: _____

Q03. Sexo: Feminino Masculino

Q04. Quantas pessoas moram com você na mesma casa? _____

Q041. Quantas Crianças? _____ **Q042.** Que idade tem cada uma ? _____

Q043. Quantos Adultos? _____

Q05. Que papel você ocupa na família?

- (1) Pai
- (2) Mãe
- (3) Tio/tia
- (4) Avó/avô
- (5) Outro

Q06. O que vocês produzem na propriedade rural? Marcar somente os 5 primeiros (**Q06.1, Q06.2, Q06.3, Q06.4, Q06.5**)

Q07. Quais as atividades desenvolvidas na propriedade rural?

Q08. Quem é responsável por cada atividade na propriedade rural?

Q09. Além das atividades na propriedade rural você trabalha para outras pessoas? **Q09.1.** Por quê?

Q09X. Quais são os planos para o futuro na organização de sua propriedade?

10. Marque os programas do Governo Federal recebidos por você e sua família. (Respostas Múltiplas)

Q10.1. PETI

Q10.2. Bolsa Escola

Q10.3. Bolsa Família

Q10.4. PRONAF. **Q10.4.1.** Qual? _____

Q10.5. Outros. **Q10.5.1** Quais? _____

► ESCOLARIDADE

Q11. Os seus filhos(as) freqüentam a escola?

(1) Sim. **Q12.** Área Urbana Área Rural **Q13.** Ano/ Série Escolar: _____

(2) Não. **Q11.2.** Com que idade eles pararam de estudar e **Q11.2.1.** Por quê? _____

(3) Freqüentaram, mas não freqüentam mais. **Q11.3.** Por quê? _____

Q14. Durante a semana, quantos dias seus filhos vão à escola?

(1) Todos os dias. _____

(2) 4 dias. _____

(3) 3 dias. _____

Q14.1. Quanto tempo eles ficam lá?

(1) Manhã e tarde. _____

(2) Tarde. _____

(3) manhã _____

(4) Noite _____

(5) Outro. **Q14.2.** Quantos? _____

Q15. Qual o meio de transporte usado para ir à escola?



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura



Q16. A que distância a escola está da sua casa?

- (1) 0 a 2 Km (4) 6 a 8 Km (7) 12 ou mais Km
 (2) 2 a 4 Km (5) 8 a 10 Km
 (3) 4 a 6 Km (6) 10 a 12 Km

Q16.1. Existe algo que você acha que precisa melhorar quanto à escola?

Q17. Seus filhos (os que não estudam) têm vontade de começar ou retomar os estudos?

- (1) Sim. Q17.1. Por quê? _____
 (2) Não. Q17.2. Por quê? _____

Q18. O que é preciso fazer para que seus filho comecem ou retomem os estudos?

Q19. Você estudou?

- (1) Sim. Q20. Área Urbana Área Rural Q19.1 Ano/ Série Escolar: _____
 (2) Não. Q19.2.1. Por quê? _____

Q20.1. Com quantos anos você parou de estudar e Q20.2. por quê?

► **CULTURA, LAZER E ESPORTE**

Q21. Na sua comunidade você participa de alguma atividade cultural?

- (1) Sim (2) Não

Q21.1 Qual? _____

Q22. Que tipo de lazer ou esporte você tem acesso? _____

► **Resgate Histórico**

Q23.1 a Q23.6 Como era a sua infância? O que você fazia ao longo do dia? Mais de uma opção poderá ser marcada.

- Q23.1. Brincava
 Q23.2. Estudava
 Q23.3. Trabalhava
 Q23.4. Não brincava
 Q23.5. Não estudava
 Q23.6. Não trabalhava

Q24. Quando criança você participava das atividades na propriedade rural?

- (1) Sim (2) Não

Q24.1. Que atividades você fazia?

Q25. Se você pudesse voltar à sua infância, o que você mudaria?

► **EXPECTATIVAS DE FUTURO**

Q26. O que você deseja para a sua família no futuro?

Q27. O que o governo (federal, estadual, municipal) poderia fazer para garantir um futuro melhor para sua família/Comunidade?

APÊNDICE B – MÁSCARA QUESTIONÁRIO CRIANÇAS E ADOLESCENTES



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura



MÁSCARA DO QUESTIONÁRIO – CRIANÇAS E ADOLESCENTES

QPR: Número do questionário

Q00: Estado

Q01: Nome do Município

► DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

Nome: _____

Q02. Idade: _____

Q03. Sexo: Feminino Masculino

Q301. Com que pessoas você mora?

► ESCOLARIDADE

Q04. Você frequenta a escola? **Q05.** Onde ela fica? **Q4.1.1** Que série você faz?

(1) Sim Área Urbana Área Rural **Q4.1.1** Ano/ Série Escolar: _____

(2) Não

(3) Frequenta atualmente.

(4) Frequentou, mas não frequenta mais. **Q4.4.1.** Com quantos anos você parou de estudar e **Q4.4.2** por quê?

(5) Nunca foi à escola. **Q4.5.1.** Por quê? _____

Q06. A escola fica a que distância da sua casa? _____

Q07. Durante a semana, quantos dias você vai à escola? **Q08.** Quanto tempo você fica lá?

(1) Todos os dias. _____

(2) 4 dias. _____

(3) 3 dias. _____

(1) Manhã e tarde. _____

(2) Tarde e noite. _____

(3) Outro. **Q08.3** Quantos? _____

Q09 Você vai a escola::

(1) à pé

(2) de ônibus

(3) de caminhão

(4) de barco

(5) de bicicleta (6) outros meios. **Q9.6.1.** Qual? _____

Q9.X. Tem alguma coisa que você gostaria que mudasse com relação a sua escola?

Q10. Já foi reprovado (a) na escola (perdeu algum ano, repetiu)?

Sim. **Q10.1.** Por quê? _____

Não. **Q10.2.** Por quê? _____

Q11. Gostaria de começar ou retomar os estudos?(Só para quem não estuda)

Sim. **Q11.1** Por quê? _____

Não. **Q11.2.** Por quê? _____

Q11.2.1. O que você precisa para começar ou retomar os estudos? _____



Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura



► **Descrição de Atividades**

Q12. O que vocês produzem no seu sítio? Ou onde vocês moram? Q12.1, Q12.2, Q12.3, Q12.4, Q12.5

Q13. Que atividades são desenvolvidas na propriedade?

Q14. O que você faz da hora que acorda até a hora de dormir? Descreva detalhadamente o seu dia.
Levanto às _____ horas e vou _____

Q15. Tem alguma atividade que você não gosta de fazer? Q15.1. Por quê?

Q16. O que você mais gosta de fazer? Q16.1. Por quê?

► **EXPECTATIVAS DE FUTURO**

Q17. O que você deseja ser no futuro? _____

Q18. Que tipo de ajuda você precisa para conseguir isso? _____